
Radialista: uma identidade profissional em constante transformação¹

Norma MEIRELES²

Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Fernando ANDRADE³

Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Nair PRATA⁴

Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP

Resumo

Este artigo é um recorte de capítulo teórico de tese que estuda os Bacharelados de Radialismo no Brasil. Trata-se aqui de discussão a respeito da profissão para a qual o curso forma, a partir da sua ligação histórica, social, tecnológica, econômico, cultural e educacional com o rádio e demais meios de comunicação. O objetivo é evidenciar a relação entre a história da profissão de radialista e a identidade desse profissional, que passa por mutações constantes a partir de pressões de diversas origens, em especial do mercado, em diálogo com as possibilidades de formativas e de entrada no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Radialista; Rádio; Multimídia; Formação; Identidade profissional.

Abertura

No atual contexto do mundo do trabalho, o radialista é um profissional que precisa estar preparado para desempenhar diversas funções em rádio, televisão, internet, enfim, em multiplataformas, observando-se a legislação específica da categoria em relação aos demais profissionais de comunicação, a exemplo de jornalistas, relações públicas, publicitários e cineastas. Se o campo de trabalho hoje é vasto, a gênese da profissão está intimamente associada ao rádio, não apenas aos experimentos tecnológicos de transmissão de ondas hertzianas, mas a partir das relações que essa tecnologia estabeleceu com a sociedade - criando e transformando culturas.

Desse modo, o radialista produz cultura e, nela, conhecimento, numa relação dinâmica e cotidiana, mesmo que não imediatamente perceptível. Para Elias (2006, p. 89), “descobertas científicas, invenções e o surgimento de novas necessidades humanas e meios especializados de satisfazê-las são indubitavelmente fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma nova profissão.” Entretanto, Elias (2006, p.89) observa que “nem as novas necessidades nem as novas descobertas são, por si só, sua fonte.”

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Este artigo é parte da tese de doutoramento, “Profissão, Currículo e Projeto Pedagógico de Curso: perfil dos Bacharelados de Radialismo no Brasil”, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB.

² Doutoranda em Educação da UFPB. Professora do Curso de Radialismo da UFPB. norma.meireles@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor em Educação (UFPB). Professor do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB. frazec66@gmail.com

⁴ Coorientadora do trabalho. Doutora em Linguística Aplicada (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP. nairprata@uol.com.br

Assim, a gênese de uma profissão se conecta com estes dois fatores, mas surge no âmago do seu campo de intercessão, porque

As primeiras tomam-se diferenciadas e específicas apenas em um conjunto de técnicas humanas especializadas; estas por sua vez só aparecem e se cristalizam tendo em vista necessidades potenciais ou reais. O surgimento de uma nova ocupação, portanto, não se deve a um desses fatores especificamente, mas à interação de ambos. (ELIAS, 2006, p.89-90).

Portanto, para que entendamos a profissão de radialista hoje, é necessário retomar um pouco a sua gênese, partindo da técnica radiofônica até uma estética e uma ética no rádio, que se ampliam para a televisão e as multiplataformas, estas últimas a partir do advento da internet. Nesse sentido, neste artigo, objetivamos caracterizar a identidade de radialista, na relação com a história e legislação da profissão, seu mercado de trabalho e suas modalidades de formação: ela sofre os efeitos de sucessivas mutações derivadas dos campos tecnológico, econômico e cultural, que oferecem a esse profissional um lugar tantas vezes impreciso, híbrido e em permanente construção.

Para isso, discutiremos a relação entre a profissão, sua história e a legislação que regula sua formação e exercício, levando em conta também as implicações do mercado de trabalho sobre o trabalho do radialista para, enfim, discutir sua formação. A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa com procedimentos de pesquisa que se caracterizam como estudo bibliográfico, com revisão de literatura e reflexões que dela decorrem em diálogo com o objeto.

Do Rádio ao Radialista: Como História e Legislação Ajudam a Entender a Profissão

Inegavelmente, nas relações entre rádio e radialista houve um caminho tecnológico que conduz à atualidade, pois é impossível também separar as linhas paralelas entre a tecnologia e os processos sociais e culturais em qualquer sociedade, vividos na dinâmica de passado-presente-futuro. Assim, desde 1934 - quando o termo brasileiro “radialista” foi criado em 1934, por Nicolau Tuma, de acordo com Brito (2008) - até 1978, ano da regulamentação da profissão no Brasil, o cenário tecnológico foi caracterizado pela radiodifusão, a que veio incorporar-se a televisão.

Nos primórdios da tecnologia radiofônica, as experiências guiavam, por ensaio-e-erro, as aprendizagens e as descobertas de eventuais usos desses mecanismos de comunicação sonora. O rádio nasce, então, de uma confluência de invenções que, felizmente, terminam por produzir a possibilidade inovadora de comunicação a

distância e, em seu nascimento, por razões políticas, estratégicas e comerciais, tem seu apogeu como meio de comunicação prioritário (senão quase inteiramente exclusivo) por radiodifusão, na primeira metade do século passado.

Ora, no atual contexto, o rádio e a televisão, no Brasil e no mundo, estão se reconfigurando com a internet e as plataformas digitais, além das modificações nos modos de transmissão e captação de digital. Os últimos anos nesse campo têm sido tão efervescentes, tecnológica e culturalmente falando, que foi possível a Ferraretto (2014, p. 17) ponderar: “no início da década de 2000, tornou-se ultrapassada a ideia de radiodifusão como conceito dominante em rádio e em televisão.”

Nesse processo histórico de estabelecimento da radiodifusão sonora e de sua ampliação, tornando-se também televisiva, o rádio adaptou-se a diversas situações demandadas seja pela concorrência com a TV ou mesmo por ajustes dentro do próprio segmento radiofônico. Atualmente, o conceito de rádio não está mais preso à tecnologia de ondas sonoras, transformou-se, fluidificou-se, passou a ser compreendido mais como linguagem do que como suporte (FERRARETTO; KISCHINHEVSKY, 2010). Neste sentido Prata (2013) ratifica que no contexto “pluralidade, cada vez o suporte importa menos, mas temos agora a diferenciação dos formatos que são mais híbridos.” Nas palavras de Ferraretto (2013) “o rádio não depende mais do suporte, ele depende da ideia que as pessoas criaram a respeito dele e da linguagem específica que faz rádio ser rádio.”

Logo, a gênese da profissão está historicamente conectada ao rádio e sua evolução, aos outros meios eletrônicos posteriores e a internet, a partir de sucessivas invenções. Se, em concordância com Elias (2006), a tecnologia por si não gera a profissão, influencia-a ao criar uma relação entre as invenções, as necessidades humanas e a forma como estas últimas são supridas. E mesmo que os significados venham se modificando no âmago das relações sociais e tecnológicas, o conceito de radiodifusão mantém-se importante, pois define legalmente o termo “radialista”.

De toda forma, olhando o passado com lentes dos estudos culturais da educação e da comunicação, a fim de estabelecer relações entre o atual sistema de trabalho - marcado pelas mudanças digitais, no qual o radialista se insere e para o qual ele é formado (mesmo que sua formação superior não se volte única e exclusivamente para o mercado) - e a própria trajetória da profissão, a partir de sua gênese, pensamos que as narrativas do rádio, da radiodifusão, com todas as suas metamorfoses, se relacionam

intrinsecamente com a identidade profissional do radialista, a qual, por sua vez, dialoga, pelo menos em tese, com o perfil de egresso que as universidades idealizam.

O próprio surgimento do nome da profissão é ótimo exemplo: o termo e a noção em torno da profissão de radialista se moldaram de formas distintas no Brasil e em outros países. “Radialista”, como entendemos aqui, não tem a mesma acepção na Inglaterra ou em Portugal. Esta é uma questão cultural, que também envolve a história educacional de cada lugar, inclusive os modos de acesso ao mercado de trabalho.

No caso brasileiro, as primeiras emissoras de rádio eram iniciativas privadas, algumas também amadoras, cuja regulamentação desponta em 1932, no tocante à publicidade - promovendo alterações gradativas no modelo de radiodifusão sonora, de acordo com Frederico (1982, p.53) - que também lembra “o interesse nacional e a finalidade educacional” invocados à época pela legislação para o serviço de radiodifusão. No processo de constituição da profissão, o caráter político e ideológico já eram assumidos e associados à identidade de radialista, cujas raízes situam-se num período quando a radiodifusão no país já contava com mais de uma década, a legislação na área estava dando seus primeiros passos e a publicidade tinha acabado de ser autorizada.

Por isso mesmo, essas referências históricas permitem ver que a concepção do termo radialista (rádio + idealista) revelava um profissional envolvido com a publicidade, participando direta ou indiretamente do processo de alteração de conteúdo da programação radiodifundida - mas também quem trabalhava por *hobby*.

Ao longo desse processo, enquanto categoria trabalhista, o radialista assumiu funções destacadas do interior da profissão, entre as quais a de locutor se sobressai. Com isso, abrem-se muitas oportunidades para esse trabalhador, com a diversificação da programação que vai se transformando no processo de profissionalização do mercado. O rádio passou a funcionar como primeiro grande laboratório dos meios eletrônicos, ao deixar de ser um *hobby*. Para Maranhão Filho (2012, p. 49-53), essa também foi a principal razão para o investimento no capital humano acontecer, pois “havia a possibilidade de o rádio vir a ser emprego”: surgem frentes de trabalho, com focos específicos ao longo do tempo. O autor identifica quatro filões, a partir da experiência da Rádio Clube de Pernambuco, em ordem cronológica: música (para descobrir talentos), radioteatro, música local (identidade local) e radiojornalismo.

Esses campos de atuação podem ser observados no interior dos períodos históricos, a exemplo de periodizações propostas por Ferraretto (2001, 2012), que também analisa as alterações por que passam os profissionais do microfone, que assumem o papel de comunicador, figura central tanto no rádio quanto na televisão nos dias atuais. O entendimento desta história contínua, com as possíveis transformações que acontecem neste momento, é importante para pensarmos o radialista inserido na narrativa, na qual o cotidiano da profissão se modifica.

Em um paralelo com as fases históricas, no período da implantação do rádio no Brasil, operadores, diretores, escutas e locutores são os primeiros a aparecerem nos estatutos legais da radiodifusão em decretos e portarias emitidos pela Presidência da República ou pelo então Ministério dos Negócios da Aviação e Obras Públicas, na década de 1930. Tanto que a atividade do técnico já aparece no primeiro documento, o Decreto nº 20.047, de 1931, e o locutor, *speaker*, na Portaria nº 534, de 1937. Entretanto, é no período do apogeu do rádio, mais precisamente no dia 21 de setembro de 1945, que se estabelecem, pelo Decreto-Lei Nº 7.984 (BRASIL, 1945), valores mínimos de remuneração para trabalhadores do rádio. A data passa a ser considerada o dia do radialista. O decreto de 1945 traz em seu texto definições de várias funções do radialista como diretor, locutor, produtor, comentarista, redator, noticiário, repórter, supervisor, entre outros. O termo radialista em si não aparece no texto do decreto, subentendido como os “que trabalham em empresas de radiodifusão” (BRASIL, 1945).

Quanto à regulamentação da profissão, a data que costuma ser citada é 1978, no período da reestruturação do rádio. A esta altura, a televisão já estava em amplo desenvolvimento, impactando o rádio, que vivenciou uma decadência, perdendo a prioridade no campo da indústria cultural. De acordo com a Lei 6.615/combinada com o Decreto 84.134/79 (BRASIL, 1978; 1979), com texto adaptado e grifos nossos: radialista é o empregado de empresa de radiodifusão que exerce uma das funções nas atividades de *administração* (somente as especializadas, peculiares às empresas de radiodifusão); *produção* (com os setores de: autoria, direção, produção, interpretação, dublagem, locução, caracterização, cenografia); e *técnica* (com os setores de: direção, tratamento e registros sonoros, tratamento e registros visuais, montagem e arquivamento, transmissão de sons e imagens, revelação e copiagem de filmes, artes plásticas e animação de desenhos e objetos, manutenção técnica). Note-se que, em relação ao texto de 1945, a legislação de fins dos anos 1970 inclui tarefas ligadas ao

mundo da imagem, justamente em decorrência da perda de espaço do rádio - eminentemente sonoro - com a chegada das linguagens visuais pela televisão.

Logo, não surpreende que o verbete “radialista”, no dicionário de comunicação de Rabaça e Barbosa (1978, p. 391, grifo dos autores), apresentasse a seguinte definição comentada:

Profissional de rádio ou televisão, de qualquer categoria ou posição funcional. Consideram-se *radialistas* ‘aqueles que a qualquer título, trabalhem em empresas de *radiodifusão* ou televisão e não sejam integrantes de categorias profissionais diferenciadas’ (Art. 3º do Dec. 52.287 de 23/7/63). (O texto de lei citado acima é redundante uma vez que a palavra radiodifusão já abrange, em si, as atividades de rádio e televisão).

O radialista, pensado por Tuma como trabalhador do rádio, sofre uma ampliação, passando a transitar pela televisão. Contudo, o que se imagina sobre quem é o radialista no complexo das emissoras de rádio e televisão já não é tão simples. Frederico (1982), por exemplo, referindo-se à década de 1950, relata a desigualdade entre trabalhadores em emissoras, nas quais apenas “estrelas” recebiam os melhores salários - situação ainda hoje facilmente constatada em emissoras de rádio e televisão do país.

Tanto o rádio quanto a televisão acabam se mostrando um espaço para busca de ascensão social, seja a partir do simples emprego para a sobrevivência até a fama, a visibilidade social que pode levar à política, por exemplo. Pereira (1967) analisa estratégias de inserção no meio radiofônico e a ascensão social de uma maneira ampla, contextualizando o uso do rádio como elemento cultural, inserido na sociedade em desenvolvimento e identificando desigualdades entre grupos étnicos e sociais no que diz respeito aos rumos da carreira de radialista.

Nunes (2000, p.19) contribui com a discussão acerca da carreira especificamente política, analisando a delegação de poder transferida do ouvinte para o radialista, quando último “é elevado à categoria de ‘delegado do ouvinte’, transportando-se posteriormente para o campo político.” De acordo com Nunes (2000, p. 43), os profissionais acumulam capital social no campo da política por “preencherem os espaços que o Estado e suas instituições não conseguem ocupar” e assim alcançam, eventualmente, a ascensão através das urnas. A questão envolve também o capital social no campo da comunicação, desenvolvido por cada indivíduo, especialmente quando se atua com gêneros nos quais, como escreve Nunes (2010, p. 40), “o radialista passa a lidar com as necessidade e emoções mais delicadas e subjetivas dos ouvintes.”

Como exemplo da ascensão profissional para a política através do rádio, contextualizado em Belo Horizonte, Prata (2011, p. 65) observa que “o rádio da capital

mineira catapultou para a política dezenas de radialistas que conquistaram mandatos legislativos e executivos graças à atuação nos microfones.” A autora destaca uma lista de 27 radialistas mineiros que se tornaram políticos, dos quais 19 saíram apenas de uma emissora, a Rádio Itatiaia. De acordo com Cherem (2016), a mesma emissora já contabilizava, em 64 anos de funcionamento, 24 eleições de profissionais “que participam ou participaram da sua programação.”

É importante destacar que a mobilidade dos profissionais do rádio e da televisão para a política, fenômeno estudado por diversos autores, envolve aspectos sociológicos, culturais, educacionais, econômicos e políticos que dizem respeito tanto ao radialista quanto ao ouvinte. Considerando a complexidade que envolve o tema, pode-se dizer que o *status* de poder conferido ao radialista pelo exercício da profissão contribui para aspectos da sua representação social que atraem futuros profissionais.

Então, uma apreciação do percurso histórico da profissão também permite entender que o radialista, adaptando-se às mudanças tecnológicas e de mercado, mantêm-se maleável, inclusive se as múltiplas possibilidades de atuação profissional (atividades nos setores de administração, produção e técnica em rádio e televisão) forem interpretadas como características de dispersão do campo. Outro traço de forte presença é o acesso ao emprego pelo sistema de apadrinhamento, em razão de a maior parte das empresas ser privada e de estar envolvida com a lógica de mercado, em que os empregados geralmente constituem o grupo mais vulnerável nas relações de trabalho. Lopes (1998, p. 125) chama a atenção ainda para “a existência de uma forte relação entre a origem social e a utilização da influência pessoal para o acesso ao emprego.”

Atualmente é necessário acrescentar nessa equação, para o radialista, a influência do uso de redes de relacionamento na internet tanto sobre as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho tradicional quanto um potencializador de empreendedorismo, ambos pelo aumento do capital social na rede de computadores. Pode-se dizer que a internet, as mídias digitais, as tecnologias digitais renderam à profissão de radialista um novo “efeito de redefinição criadora” (BOURDIEU, 2007, p.143), vivido no momento atual, com a expansão de *webrádios*, *webtvs*, *homestudios*, além da digitalização nos processos de produção e transmissão da TV e do rádio.

Embora o uso da tecnologia possa ser um atrativo, o status profissional, em especial de funções que têm contato direto com o público, como apresentadores e locutores, há muito tempo desperta no imaginário social o desejo pela profissão. Nesse

sentido, para Nogueira (2008, p. 176), “um dos efeitos do fascínio que o rádio pode provocar nas pessoas é a transição do *status* social do locutor: ele passa do registro de um profissional como outro qualquer para o de *personalidade*, ou *astro*”, e essa é uma construção compartilhada entre ouvinte e radialista.

Esse dinamismo histórico não tem o mesmo ritmo quando o assunto é a legislação sobre a categoria, que sempre andou a passos lentos e, notadamente, se prejudica diante das diferentes pressões que grupos de empresários ou trabalhadores podem exercer sobre as normatizações específicas de acesso à profissão, via registro profissional, intimamente ligado à formação do radialista. Nesse sentido, é importante reconhecer também os jogos de poder que envolvem a normatização do trabalho e a formação do radialista no modelo de radiodifusão comercial brasileira.

Diversos elementos estão envolvidos além do direito dos radialistas, como, por exemplo, a democratização da comunicação e interesses econômicos e políticos das empresas de radiodifusão que, em muitos casos, estão sob controle de parlamentares (embora a prática seja inconstitucional), os mesmos responsáveis por fazerem as legislações do país. O cenário mostra que, por um lado, a sociedade se organiza e busca coibir a prática do coronelismo eletrônico que leva ao desequilíbrio democrático no exercício do direito à comunicação; por outro, diferentes grupos que estão em posição de poder (gestores da esfera pública, empresários da mídia, legisladores) unem forças em prol de interesses políticos e econômicos próprios.

Isso repercute na relação entre o registro e a formação profissional. Embora desde a regulamentação da profissão, seja previsto o diploma de nível superior para obtenção do registro de radialista, ele não é a única via de acesso ao mercado de trabalho. Conforme a Lei 6.615, no art. 7º, outros documentos podem ser apresentados para se obter o registro como radialista: diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais ou básicas de ensino médio, fornecido por escola reconhecida na forma da lei; ou atestado de capacitação profissional conforme dispuser a regulamentação desta Lei.

Assim, a regulamentação profissional, desde as primeiras leis, gradualmente trouxe a garantia do registro, mas não evitou disputas nos campos da formação da categoria, também mantidos em função de interesses econômicos e políticos privados, que se beneficiam ao controlarem o mercado da formação e do emprego no Radialismo.

Há, decerto, leis que contemplam os radialistas, mas, de modo geral, estão mais relacionadas à radiodifusão como um todo do que aos trabalhadores como categoria.

A legislação definidora da profissão de radialista ainda está em construção e evidencia ambivalências e lacunas, ajudando a entender as características da identidade profissional de radialista - intimamente relacionada ao perfil dos Bacharelados de Radialismo no Brasil. Tudo isso, como se observa, tem desdobramentos tanto sobre a legislação específica, quanto a respeito do mercado de trabalho e da formação profissional.

Mercado de Trabalho e Formação: Repercussões na Identidade do Radialista

O mercado de trabalho para o radialista está em veloz transformação, no ritmo frenético da atual versão do processo de globalização, com a revolução digital e, já em processo inicial, a quarta revolução industrial.

Entre todos os profissionais de comunicação, o radialista é aquele que mais é relacionado no imaginário social e na regulamentação da profissão com as tecnologias, diferentemente do jornalista, associado à figura do intelectual. Entretanto, Squirra (2007, p.171-172) contesta o rebaixamento do status da técnica como algo inferior à teoria na formação acadêmica de profissionais para indústria cultural, questionando: “não seria isso, justamente, que em nosso país estaria provocando tanta aversão do mercado em relação aos egressos das faculdades de comunicação?”

Tomando-se como exemplo para reflexão as disputas em torno da função do locutor ou apresentador, desde as regulamentações das profissões de jornalista e radialista até agora, é possível identificar nitidamente os diferentes graus de legitimação de ambas, seja através de normativas ou da observação empírica. Lima (1970) já chamava a atenção para a importância do locutor na equipe de radiojornalismo, entendendo não ser valorizado como elo entre a emissora, o ouvinte e a sociedade.

Mesmo hoje, identificamos restrições ao exercício da locução pelo radialista: só jornalistas estão autorizados a atuarem como locutores e apresentadores de programas jornalísticos de rádio e televisão. Por um lado, com a possibilidade de seu exercício por profissionais com formação superior, a função foi valorizada (inclusive com seu exercício por jornalistas), mas, por outro, com o surgimento de mais cursos superiores de Radialismo, desvalorizou-se esta formação específica, ao tirar-lhe um lugar no mercado de trabalho que lhe foi usual. Produz-se uma contradição, de um lado, com o radialista em nível superior que, de outro lado, recebe por delegação tarefas restritas -

como, no caso da radiotransmissão, a possibilidade de apresentar apenas programas de esporte. Gradualmente as emissoras de rádio e televisão substituíram radialistas por jornalistas nas funções de apresentação e locução, restando, portanto, menos espaço para radialistas no mercado de trabalho - o que se acentua também pelo processo com o qual o jornalismo diversional ganha novas dimensões e os eixos da informação e do entretenimento passam a ter limites tênues. Percebemos, então, que o mercado abre mais espaço para o jornalista apresentador e fecha portas para o radialista no jornalismo.

Ao pensar sobre a distinção entre radialista e jornalista, Wink (2007, p.176) entende que ela “só se mantém se aplicarmos o conceito de ‘produtor de verdades’ para o jornalista e ‘produtor de ficção’ para o radialista.” Ora, essa é uma associação bastante reducionista, que pensa os processos identitários a partir da produção simbólica filtrada pelos gêneros e formatos de textos, programas de rádio, televisão, e demais suportes para áudio e/ou imagem. Não se pode encapsular o Radialismo na categoria ficção, pois ele gera diversas produções não fictícias, fora do campo do jornalismo, a exemplo dos programas musicais no rádio e na televisão e dos *reality shows*. Outrossim, o próprio jornalismo, a partir da grande circulação e informações pelas múltiplas fontes disponíveis via internet, especialmente nas mídias sociais, passou a conviver com o fenômeno da pós-verdade (DABORI, 2017; LOPES, 2016; PRIOLLI, 2017).

Percebe-se, com isso, efeitos sobre a identidade de radialista, esse profissional sem funções que lhe sejam reconhecidas como exclusivas e com um lugar ocupado recorrentemente por outras profissões. A literatura científica não considera a multiplicidade de alternativas na carreira de radialista - apesar da variedade enorme dentro das possibilidades de atuação nesta última profissão, conforme o estatuto legal. Ao radialista, porém, tem sido atribuído menor prestígio intelectual, social, educacional, cultural, ocupando menor espaço no mercado de trabalho da comunicação.

Nesse sentido, pesquisas pioneiras evidenciam, sobretudo entre profissionais, estudantes, entidades classistas e patronais de Radialismo, a preocupação com a formação acadêmica, a regulamentação profissional, a precarização do trabalho, o trânsito ocupacional, o alto nível especialização técnica e de capacidade criativa, a execução de multitarefas (a polivalência). Tanto Lopes, Población e Viá (1992) quanto Lopes (1998) captam tendências do momento, relativas ao mercado, triangulando dados relativos a visões dos egressos, empresários e entidades classistas. Chama atenção, no cenário no qual as pessoas podiam descrever suas atividades, o fato de que apenas 2,9%

se identificaram como radialista, uma vez que Fernandez (2010, p. 87) lembra: “o radialismo é uma das áreas mais versáteis da Comunicação, podendo dialogar com qualquer outra habilitação que utilize imagem em movimento e linguagem sonora”. Ao que parece, os dados de Fernandez confirmam um fenômeno facilmente observável na empiria: radialistas assumem identidades outras, como lhe é conveniente nas suas interações no interior do mercado de trabalho.

Se ainda há carência de pesquisas atualizadas e específicas sobre o mercado de trabalho do radialista, considerando os meios tradicionais e todas as outras possibilidades, é preciso também pensar como a formação se articula com o mercado sem que o ensino seja submisso e acrítico ao poder econômico.

A própria formação do radialista, como já sugerido ao referirmo-nos à legislação que regula o exercício profissional, é marcada por contradições. O campo de disputa em torno da formação do radialista revela-se mais extenso que a questão educacional simplesmente, mesmo que alguns a pensem apenas como cumprimento de uma formalidade para o acesso ao mercado profissional. Há interesses econômicos e políticos que interferem nesse processo, em razão dos movimentos do mercado.

É importante ter em mente a intrínseca relação entre o desenvolvimento e expansão da indústria das tecnologias de radiodifusão mundial e a implantação do rádio e da televisão no Brasil, associado aos processos de urbanização pelo qual o país passava nas primeiras décadas do século XX. Acrescente-se ainda o uso dos meios de comunicação de massa como instrumentos político-ideológicos, considerando a cadeia de produção e consumo de bens culturais via rádio e televisão. Esses são cenários nos quais a profissão vai sendo moldada junto ao desenvolvimento dos meios e o do país.

Os radialistas pioneiros foram moldados no próprio campo de atuação, ao executarem suas atividades cotidianas; muitos deles eram oriundos da imprensa, do teatro ou do direito.⁵ A condição de artífice, bem característica do início da profissão, se mantém até hoje e é legitimada pela legislação atual que, além do diploma superior e do certificado de ensino médio, garante o registro profissional a partir de atestado de capacitação. Criticamos essa multiplicidade de autorizações, pois, cada vez mais, o radialista é um produtor cultural que maneja tecnologias cada vez mais influentes, não

⁵À exceção de técnicos e operadores que, a partir de 1931, necessitavam passar por treinamento formal ligado à engenharia, através de escola profissional mantida pelo Departamento de Correios e Telégrafos ou por estabelecimento privado, desde que aprovado e fiscalizado pela Comissão Técnica de Rádio.

devendo sujeitar-se aos ditames do mercado nem apenas a interesses privados: profissional que deve visar sempre ao público, seu trabalho é inalienavelmente político.

Não à toa, a relação entre rádio e desenvolvimento foi e continua sendo estudada, atualmente renovando-se pelas discussões sobre a comunicação comunitária via antena ou internet e educomunicação, como posto nos trabalhos com os de Ruas (2002) e Jane (2006), entre outros. Igualmente, o rádio foi concebido no Brasil a partir de um ideário voltado para a educação, transformando-se posteriormente em mercado cultural, à medida em que a legislação sobre a radiodifusão garante a legalidade da publicidade e o modelo de gestão das emissoras passa de clubes para empresas. A profissão floresce a partir do rádio, não apenas como tecnologia, mas especialmente no rádio como “instituição social” (MEDITSCH, 2007, p.30-43).

Para alguns estudiosos, o processo de profissionalização no rádio se dá a partir da autorização da publicidade, em 1932, para outros acontece apenas quando os programas elevam o grau de dificuldade de produção, exigindo equipes maiores e mais especializadas, estabelecimento de rotinas, burocratização do trabalho. O rádio aglutinava pessoas de diferentes formações e habilidades, com a experiência trazida do teatro, da literatura, da música, do cinema, do jornal impresso. O aperfeiçoamento do labor se deu por tentativa, erros e acertos ao longo dos anos. Aprendia-se a ser radialista no rádio, e com o advento da televisão reaprendeu-se a ser radialista na televisão - saber prático que foi sistematizado posteriormente.

Tratava-se do contexto no qual ainda não havia ensino de Radialismo de maneira sistemática. Nenhuma política pública havia sido estabelecida neste sentido, apenas iniciativas isoladas. Maranhão Filho (1997, p.3) conta que antes da normatização do ensino de Radialismo em nível superior, existiram algumas escolas no país voltadas para trabalhadores do rádio em diversos lugares, mas especialmente em São Paulo, entretanto, “nenhuma delas com escolarização reconhecida e vinculada ao currículo, diploma ou certificado válido para registro.” De acordo com o mesmo autor e Costa et al. (2015), a primeira escola de formação de artistas do rádio foi criada em São Paulo, em 1934, por Vicente de Lima. Na mesma cidade, em 1937, a escola de Rádio do maestro Breno Rossi, da Rádio São Paulo, oferecia aulas de técnicas de locução, além de canto.

Por conseguinte, a formação do radialista estava circunscrita majoritariamente dentro das empresas de rádio e televisão, entre pares, seguindo sistemas de hierarquia e

status. Geraram-se assim culturas profissional e empresarial que não foram completamente alteradas, mesmo após décadas da regulamentação da profissão e da instituição do ensino de Radialismo, inclusive em nível de bacharelado.

Encerramento

Atualmente, com já exposto, a formação do radialista pode se dar em três graus de escolaridade. Há deslocamentos e permanências nos percursos da formação do radialista, desde a gênese da profissão, no rádio do início do século XX até o atual momento das reconfigurações das práticas profissionais nos multimeios. Se antes as ditas qualificações profissionais eram adquiridas apenas dentro das empresas, hoje elas podem ser exercitadas, praticadas em laboratórios universitários ao mesmo tempo em que conservam o potencial do coaprendizado no mercado de trabalho, concorrendo como mais um fator que compõe a ainda instável identidade de radialista, num campo de atuação que se transforma quase diariamente e que disputa, em posição de menos-valia, espaço de trabalho com outras profissões.

Tudo isso situa o radialista como profissional que ainda é percebido como menor, com uma cultura profissional recente e exposta a manipulações do mercado e a imprecisões na sua formação que só contribuem para suas tensões identitárias.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. A crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. **Decreto No 84.134, de 30 out. 1979**. Regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D84134.htm. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. **Decreto-Lei Nº 7.984, de 21 de setembro de 1945**. Fixa os níveis mínimos de remuneração dos que trabalham em empresas de radiodifusão e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7984-21-setembro-1945-416628-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. **Lei 6.615/1978**. Brasília: Ministério do Trabalho: 16 dez.1978. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6615.htm. Acesso em: 30 ago. 2014.

BRITO, Jair. Nós somos os trabalhadores do rádio. Lavamos a vida a cantar. In: **Caros ouvintes**. Florianópolis, 7 nov. 2008. Disponível em: <http://www2.carosouvintes.org.br/nos-somos-os-trabalhadores-do-radio-levamos-a-vida-a-falar-e-cantar/>. Acesso em: 18 fev. 2016.

CHEREM, Carlos Eduardo. Em 64 anos rádio de Minas “elege” 24 parlamentares. **UOL**. UOL Eleições 2016. 21 out. 2016. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br>

/2016/noticias/2016/10/21/em-64-anos-radio-de-minas-gerais-elege-24-parlamentares.
htm. Acesso em: 28 fev. 2017.

COSTA, Antônio Roberto Faustino; FREITAS, Goretti Maria Sampaio de; SILVA, Luiz Custódio da; SOUSA, Moacir Barbosa. É preciso ler para entender o Rádio e compreender o Radialismo. In: MARQUES DE MELO, José; PRATA, Nair (Orgs). **Radialismo no Brasil**. Cartografia do campo acadêmico (Itinerário de Zita, a pioneira). Florianópolis: Insular, 2015. p. 27-48.

DABORI, Fernanda. 2016: O ano da pós-verdade. **Meio & Mensagem**. 19 Jan. 2017. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2017/01/19/2016-o-ano-da-pos-verdade.html>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ELIAS, N. **Ensaio & Escritos 1**. NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FERNANDEZ, Andrea Ferraz. Tendências ocupacionais e profissionais. In: CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette. **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010, v. 3, p.68-172.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para história do rádio no Brasil. **Revista da economia política de las tecnologías de la información y de la comunicación**. v. XIV, n.2. maio-ago. 2012.

_____. **Dos Hertz aos bytes: cenários para o rádio em sua fase de convergência**. João Pessoa: UFPB. 11 jul. 2013. Conferência proferida no encerramento do I Simpósio Nacional do Rádio.

_____. **Rádio**. O veículo, a história, a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2001.

_____. **Rádio**. Teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.

FERRARETTO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY. Rádio. In: **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2010. p. 1009-1010.

FREDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação**. Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

JANE, Tomas José. **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006 Tese (Comunicação Social). Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/876/1/Tese_Tomas_Jane_final_1_.pdf. Acesso em: 01 fev. 2017.

LIMA, Zita de Andrade. **Princípios e técnicas de radiojornalismo**. Brasília: INFORCOM, 1970.

LOPES, Eduardo Jorge Madureira. O advento da “pós-verdade”. **Diário do Minho**. 19 nov. 2016. Texto recebido via lista de discussão: (COMPOS@yahoogroups.com) em: 14 dez. 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Mercado de trabalho dos egressos do curso de comunicação social no Brasil**. Resultados de uma pesquisa nacional de diagnóstico e

avaliação. (Tese de livre docência). Departamento de Comunicação e Artes da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo; POBLACIÓN, Dinah de Aguiar; VIÁ, Sarah Chucid de. **Mercado de trabalho em comunicações e artes e os profissionais da ECA nas décadas de 70 e 80**. v.1 São Paulo: USP/BID/CNPQ, 1992.

MARANHÃO FILHO, Luiz. Criatividade e alto nível artístico nos “anos de ouro” da velha PRA-8. In: MARANHÃO FILHO, Luiz. **Raízes do Rádio**. Olinda, 2012, p.43-57.

_____. Implicações institucionais do ensino de radialismo. **Anais**. XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 1997.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**. Teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, 2007.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. A construção do radialista e seu duplo: relativizando a realidade em Ilheus. **Alceu**, v.8, n.16, p. 174-184. jan/jun, 2008.

NUNES, Marcia Vidal. **Rádio e política: do microfone ao palanque – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)**. São Paulo: Annablume, 2000.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Côr, profissão e mobilidade**. O negro e o rádio de São Paulo. São Paulo: Pioneira/USP, 1967.

PRATA, Nair. Panorama do rádio em Belo horizonte. In: PRATA, Nair (Org.). **Panorama do rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011. v.1, p.63-89.

_____. **Rádio, convergência e formação do radialista**. João Pessoa: UFPB. 09 jul. 2013. Conferência proferida na abertura do I Simpósio Nacional do Rádio.

PRIOLLI, Gabriel. A era da pós-verdade. **Carta Capital**. Sociedade. Linguagem. 13 jan. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade>. Acesso em: 20 abr. 2017.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **A rádio comunitária como fator de desenvolvimento local**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2002. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7901-a-radio-comunitaria-como-fator-de-desenvolvimento-local.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SQUIRRA, Sebastião. Em busca do tempo perdido: as tecnologias negligenciadas. In: MARQUES DE MELO, José; MORAES, Osvando J. de (Orgs.). **Mercado e comunicação na sociedade digital**. São Paulo: INTERCOM/ UNISANTANA/ UNISANTOS/ UNIMONTE, 2007, p. 165-178.

WINK, João Batista. Reflexões sobre a pesquisa e o ensino da comunicação audiovisual. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org). **Ensino de comunicação**. Qualidade na formação acadêmico-profissional. São Paulo: ECA-USP/Intercom, 2007, p.167-187.